



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 732/2021

DISCIPLINA O ACESSO À
INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO
PODER LEGISLATIVO DO ESTADO
DO CEARÁ.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o **art. 19, inciso I**, da **Resolução nº 389**, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º O acesso à informação no âmbito do Poder Legislativo Estadual reger-se-á pelo disposto nesta Resolução.

Art. 2.º A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará garantirá o acesso às informações públicas, nos termos da **Lei Complementar Federal nº 101/2000** e da **Lei Federal nº 12.527/2011**, mediante:

- I** – Portal da Transparência, na página oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará na internet;
- II** – Ouvidoria Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
- III** – participação em audiências públicas;
- IV** – acesso às reuniões plenárias e de comissões;
- V** – TV Assembleia;
- VI** – Rádio Assembleia;
- VII** – outros meios e instrumentos legítimos de divulgação de informações públicas.

Art. 3.º Na aplicação do disposto nesta Resolução, a Assembleia Legislativa atuará em conformidade com os seguintes princípios e diretrizes:

- I** – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II** – divulgação de informação de interesse público;
- III** – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV** – fomento à cultura de transparência e controle social.

CAPÍTULO II

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 4.º A transparência ativa, que compreende o acesso à informação independentemente de requerimento do cidadão, terá como canal o **Portal da Transparência**, disponível no endereço eletrônico www.transparencia.al.ce.gov.br.

Parágrafo único. O Portal da Transparência disponibilizará informações de interesse coletivo, produzidas ou custodiadas pela Assembleia Legislativa, bem como dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira, sem prejuízo da divulgação por outros meios.

Art. 5.º As informações disponibilizadas no Portal da Transparência compreenderão, no mínimo:

- I** – instrumentos de planejamento e orçamento;
- II** – estrutura organizacional;
- III** – informações sobre licitações, editais e contratos;
- IV** – registro das despesas;
- V** – informações de servidores (resguardando dados pessoais);
- VI** – perguntas frequentes;
- VII** – canal "Fale Conosco".

§ 1.º Informações previstas nos incisos III e IV serão atualizadas em **tempo real**, até o primeiro dia útil seguinte ao registro contábil.

§ 2.º O Portal da Transparência deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I** – ferramenta de busca clara e objetiva;
- II** – exportação de relatórios em diversos formatos;
- III** – acesso automatizado por sistemas externos;
- IV** – detalhamento dos formatos utilizados;
- V** – garantia de autenticidade e integridade das informações;

- VI – atualização constante;
- VII – canal de comunicação eletrônico e telefônico;
- VIII – acessibilidade digital para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Art. 6.º A transparência passiva, por meio de requerimento do cidadão, será responsabilidade da **Ouvidoria Parlamentar**.

Art. 7.º O pedido deverá conter:

- I – nome completo;
- II – número de documento (preferencialmente CPF ou CNPJ);
- III – e-mail;
- IV – descrição clara da informação solicitada.

Art. 8.º Não serão atendidos pedidos:

- I – de informações sigilosas ou pessoais;
- II – sem identificação completa do requerente;
- III – repetidos e dentro do prazo de resposta;
- IV – genéricos, desproporcionais ou desarrazoados.

Art. 9.º A resposta deverá ocorrer em até **20 dias**, prorrogáveis por mais **10 dias** mediante justificativa.

§ 1.º Em caso de negativa, o requerente poderá interpor **recurso em até 10 dias**, dirigido ao órgão superior, que responderá em **5 dias**.

§ 2.º Negado o recurso, poderá ser interposto novo recurso ao **Comitê de Gestão Estratégica – COGE**, no prazo de **10 dias**, com resposta em **5 dias**.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A Assembleia publicará, anualmente, no Portal da Transparência:

- I – informações desclassificadas nos últimos 12 meses;
- II – informações classificadas, com grau de sigilo;
- III – relatório estatístico sobre pedidos de informação.

Parágrafo único. A Ouvidoria fornecerá as informações necessárias ao relatório.

Art. 11. Compete à **Controladoria da Assembleia:**

- I** – monitorar o Portal da Transparência;
- II** – aplicar pesquisa de satisfação;
- III** – promover melhorias;
- IV** – orientar tecnicamente a Ouvidoria;
- V** – propor normas de operacionalização da transparência.

Art. 12. A **Coordenadoria de Tecnologia da Informação** prestará suporte técnico aos canais de transparência.

Art. 13. Conteúdos adicionais poderão ser exibidos no Portal, mediante anuência do **COGE** e posterior aprovação da **Mesa Diretora**.

Art. 14. As informações previstas nesta Resolução devem iniciar no **exercício de 2021**. Dados anteriores serão mantidos em formato anterior.

Art. 15. Os fluxos e procedimentos para aplicação da Resolução serão definidos por **Atos da Mesa Diretora**.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de dezembro de 2021.

DEP. EVANDRO LEITÃO – PRESIDENTE
DEP. FERNANDO SANTANA – 1.º VICE-PRESIDENTE
DEP. DANNIEL OLIVEIRA – 2.º VICE-PRESIDENTE
DEP. ANTÔNIO GRANJA – 1.º SECRETÁRIO
DEP. AUDIC MOTA – 2.º SECRETÁRIO
DEP. ÉRIKA AMORIM – 3.ª SECRETÁRIA
DEP. AP. LUIZ HENRIQUE – 4.º SECRETÁRIO

OBS: Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 20/12/2021